

A. I. N° - 9341757/04
AUTUADO - COUROSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.
AUTUANTE - LUIS AUGUSTO DE AGUIAR GONÇALVES
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 11/03/2005

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0061-01/05

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Comprovado nos autos que a mercadoria não está arrolada dentre as enquadradas no regime de Substituição Tributária. Descaracterizado o lançamento do crédito tributário. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 21/09/2004, exige imposto no valor de R\$715,84, pela falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fiscal do percurso, sobre mercadorias elencadas no Anexo 88 do RICMS/97, constantes da nota fiscal nº 14976 e do Termo de Apreensão nº 123875, por contribuinte descredenciado.

No Termo de Apreensão consta que a apreensão decorreu da falta de antecipação tributária, na aquisição de mercadorias em outra unidade da Federação, conforme item 30.101 do art. 353 do RICMS/BA (assentos e estofados, partes e peças para assentamentos dos tipos utilizados em veículos automotores).

O autuado, às fls. 24 a 26, apresentou impugnação alegando que a empresa comercializa produtos de auto peças que estão elencados no item 30 do art. 353 do RICMS. No entanto, a mercadoria apreendida não pode ser classificada como assento e estofado, já que se trata de “couro para estofamento”, conforme se verifica da nota fiscal a unidade de medida está indicada em metragem quadrada (m²).

Salientou que o contribuinte também tem como objetivo a prestação de serviços em bancos de couros e, para isso tal mercadoria se destinava.

Requeru a improcedência do Auto de Infração.

O autuante, à fl. 35, informou que na lavratura do Auto de Infração cogitou-se apenas que o item 30.101, NCM 9401 do art. 353 do RICMS/BA englobava a mercadoria da nota fiscal nº 014976, haja vista que o autuado comerciante de autopeças e no documento fiscal não constar a NCM da mercadoria, deixando obscura a compreensão.

VOTO

Foi exigido imposto devido por antecipação tributária decorrente de aquisição de mercadorias (106,60 m² de estofamento Amazonas CL 01 503-41 – 08/100), adquiridas da empresa Braspelco Indústria e Comércio Ltda., através da nota fiscal nº 014976, em 16/09/04, por entender que se tratava de partes e peças de assentos e estofamentos para veículos automotores, produtos enquadradas no regime de Substituição Tributária, estando o contribuinte descredenciado.

O autuante esclarece ter havido dúvida quanto ao produto estar ou não elencado dentre as partes e peças de assentos e estofamentos para veículos automotores, pelo fato do autuado também comercializar autopeças.

O sujeito passivo argumenta que presta serviços de estofamento em bancos de couros e que a mercadoria, objeto do lançamento do crédito tributário, se destinava a prestação de tal serviço, inclusive, observando que a aquisição da mercadoria é feita em metro quadrado (m²), como se verifica do documento fiscal arrolado no processo.

Analisando as peças processuais verifico que a mercadoria adquirida não se enquadra no rol das sujeitas ao regime de substituição tributária, especialmente em relação às indicadas no item 30.101, do inciso II, do art. 353 do RICMS/97, haja vista que aquelas dizem respeito à “assentos e estofados, partes e peças, para assentos dos tipos utilizados em veículos automotores”. O documento fiscal que deu origem à autuação indica como mercadoria 106,60 m² de estofamento, produto que não pode ser confundido como partes e peças indicadas no dispositivo regulamentar acima citado.

O fato de o autuado ter anexado cópia do Contrato Social de constituição da firma, onde se verifica na Cláusula Terceira do referido contrato, que o objetivo da sociedade é o “comércio varejista de automóveis, produtos automotivos e acessórios e serviços em automóveis”, apenas reforça o entendimento de que o mesmo além de exercer a atividade de comercialização, também exerce atividade de prestação de serviços, vinculado ao ISS.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 9341757/04, lavrado contra **COUROSHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 7 de março de 2005.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR

MARCELO MATTEDI E SILVA – JULGADOR